



mangualde
município

CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA E MANUTENÇÃO DE ÁRVORES DA
RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MANGUALDE**

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

(Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto)

ÍNDICE

PARTE I - Cláusulas gerais	1
Capítulo I – Disposições gerais	1
1. Objeto	1
2. Celebração do contrato	1
3. Elementos que instruem a proposta	1
4. Prazo de execução do contrato	2
Capítulo II – Obrigações contratuais	2
Secção I – Obrigações do prestador de serviços	2
Subsecção I – Disposições gerais	2
5. Obrigações principais do adjudicatário	2
6. Execução do contrato	2
Subsecção II – Dever de sigilo	3
7. Dever de sigilo	3
8. Prazo do dever de sigilo	3
Secção II – Obrigações do Município	3
9. Preço base	3
10. Preço anormalmente baixo	3
11. Preço contratual	3
12. Adjudicação	4
13. Critérios de adjudicação	4
14. Condições de pagamento	4
15. Gestor do Contrato	4
Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução	4
16. Penalidades contratuais	4
17. Força maior	5
18. Resolução por parte do contraente público	6
19. Resolução por parte do adjudicatário	6
Capítulo IV – Caução e seguros	6
20. Caução	6
21. Seguros	6
Capítulo V – Resolução de litígios	7
22. Foro competente	7
Capítulo VI – Disposições finais	7

23.	Subcontratação e cessão da posição contratual	7
24.	Comunicações e notificações	7
25.	Contagem dos prazos	7
26.	Encargos do concorrente	7
27.	Legislação aplicável	7
PARTE II – Cláusula Técnicas		9
28.	Objeto da prestação de serviços	9
29.	Obrigações do adjudicatário	9
30.	Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais	10
31.	Avaliação da qualidade da prestação de serviços	10
PARTE III – Cláusulas de Proteção de Dados		11
32.	Definições e Interpretação	11
33.	Princípios Gerais	11
34.	Obrigações Gerais	12
35.	Obrigações Específicas do Prestador em Matéria de Proteção dos Dados Pessoais	12
36.	Obrigações da Câmara Municipal de Mangualde	13
37.	Responsabilidades	14
38.	Subcontratação	14
39.	Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados	15
40.	Violações de Segurança de Dados e Requisitos de Notificação	15
41.	Incumprimento	16
42.	Cláusula Informativa	16

ANEXOS:

Anexo I: Disposições e cláusulas técnicas por que se rege a prestação de serviços

Anexo II: Identificação e tipologia das áreas a intervencionar

Anexo III: Cartografia das áreas a intervencionar

PARTE I - Cláusulas gerais

Capítulo I – Disposições gerais

1. Objeto

1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para execução de podas e manutenção de árvores, num total de 2350 exemplares de porte médio/grande e 500 exemplares de porte pequeno, podados de acordo com a Parte II – Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos.

1.2. As quantidades atrás referidas são previsíveis, podendo ou não ser atingidas ou mesmo ultrapassadas, durante o prazo de /execução do contrato, dependendo da necessidade de intervenção em cada um dos exemplares, não se alterando, por isso, as condições do contrato.

2. Celebração do contrato

2.1. O contrato escrito é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)** Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c)** O presente caderno de encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

2.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no *ponto 2.2* e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no *artigo 99.º do CCP* e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no *artigo 101.º* desse mesmo diploma legal.

3. Elementos que instruem a proposta

3.1. Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- a)** Preço unitário por árvore de porte médio/grande;
- b)** Preço unitário por árvore de porte pequeno;

3.2. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do *Anexo I ao CCP*, de acordo com a redação dada pelo *Decreto – Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto*, assinada pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para o obrigar.

4. Prazo de execução do contrato

4.1. O contrato mantém-se em vigor por um período de doze meses, com início na data de celebração do contrato, ou até que seja atingido o valor contratual, consoante o que ocorrer primeiro, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

4.2. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I – Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I – Disposições gerais

5. Obrigações principais do adjudicatário

5.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações definidas na Parte II – Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos.

6. Execução do contrato

6.1. O serviço deverá ser executado nos termos definidos na Parte II – Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos.

6.2. A qualquer momento a entidade adjudicante ou outras entidades mandatadas para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato, o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas penalidades contratuais.

6.3. A entidade adjudicante e o adjudicatário obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

6.4. Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nome comercial, logótipo e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

6.5. A prestação de serviços objeto do contrato a celebrar por via do presente procedimento não pode, em situação alguma, prejudicar o normal e regular funcionamento da entidade adjudicante.

6.6. A entidade adjudicante não se responsabiliza por quaisquer danos causados no equipamento e material afeto à prestação de serviços, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelos agentes, funcionários, colaboradores ou trabalhadores ao serviço do adjudicatário, salvo se resultarem de culpa devidamente comprovada dos trabalhadores da entidade adjudicante no exercício das suas funções.

Subsecção II – Dever de sigilo

7. Dever de sigilo

7.1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Mangualde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

7.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

7.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

8. Prazo do dever de sigilo

8.1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco (5) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II – Obrigações do Município

9. Preço base

9.1. O preço base do presente procedimento é de 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que o Município de Mangualde se dispõe a pagar pela execução da aquisição de serviços que constitui o objeto do contrato, resultante de consulta preliminar ao mercado.

10. Preço anormalmente baixo

10.1. Não aplicável no presente procedimento.

11. Preço contratual

11.1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Mangualde deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

11.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, aprovisionamento, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

12. Adjudicação

12.1. A adjudicação do presente fornecimento, só terá lugar quando existirem fundos disponíveis, de acordo com o estabelecido na *Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro*.

13. Critérios de adjudicação

13.1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na sua modalidade monofator, considerando-se como mais vantajosa a que apresenta o preço mais baixo.

13.2. Em caso de empate, entre uma ou mais propostas em primeiro lugar, a adjudicação será efetuada mediante sorteio, a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração. Será adjudicada a proposta sorteada em primeiro lugar.

14. Condições de pagamento

14.1. As quantias devidas pelo Município de Mangualde devem ser pagas, em princípio, nos 30 dias seguintes à apresentação nos Serviços das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a receção das respetivas requisições enviadas pela entidade adjudicante, nos termos da *Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro*.

14.2. As faturas devem ser, obrigatoriamente, acompanhadas de cópia das folhas de ponto de cada trabalhador(a).

15. Gestor do Contrato

15.1. Para acompanhamento da execução e gestão do contrato será designado Adriano José Nave Pereira, técnico superior do Gabinete Técnico Florestal.

Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução

16. Penalidades contratuais

16.1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mangualde pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a)** Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega constantes na proposta, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P \times V \times N$, em que P = Percentagem da pena (1%); V = Valor contratual; N = Número de dias em atraso.

16.2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Mangualde pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor correspondente ao período que decorreria até à cessação do contrato.

16.3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mangualde terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

16.4. O Município de Mangualde pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

16.5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Mangualde exija uma indemnização por dano.

17. Força maior

17.1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

17.2. Podem constituir força maior, os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

17.3. Não constituem força maior, designadamente as:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

17.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

17.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

18. Resolução por parte do contraente público

18.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, o Município de Mangualde poderá resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a)** Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 1ª do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
- b)** Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

18.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

19. Resolução por parte do adjudicatário

19.1. O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

Capítulo IV – Caução e seguros

20. Caução

20.1. Não haverá lugar à prestação de caução, de harmonia com o previsto no *nº 2 do art.º 88º do CCP*.

21. Seguros

21.1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de seguro, de todos os riscos inerentes à presente prestação de serviços, designadamente a cobertura de acidentes de trabalho e responsabilidade sobre terceiros.

21.2. O Município de Mangualde pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 48 horas.

Capítulo V – Resolução de litígios

22. Foro competente

22.1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI – Disposições finais

23. Subcontratação e cessão da posição contratual

23.1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

23.2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no *artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)*, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

24. Comunicações e notificações

24.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

24.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de cinco (5) dias úteis.

25. Contagem dos prazos

25.1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

26. Encargos do concorrente

26.1. Constituem encargos do concorrente, as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato escrito que aí houver lugar, despesa esta mencionada na nossa Tabela de Taxas e Preços, capítulo I, Secção I, artigo 1.º, n.º 9, disponível na página do Município de Mangualde no endereço https://www.cmmangualde.pt/wp-content/uploads/2024/01/Tab_Taxas_Taxas_Precos.pdf.

27. Legislação aplicável

27.1. O contrato é regulado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro*, alterado e republicado pelo *Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto* e restante legislação aplicável na matéria.

PARTE II – Cláusula Técnicas

28. Objeto da prestação de serviços

28.1. O objeto principal é a aquisição de serviços para execução de podas e manutenção de árvores, num total de 2350 exemplares de porte médio/grande e 500 exemplares de porte pequeno.

28.2. As quantidades são previsíveis podendo ou não ser atingidas ou mesmo ultrapassadas durante o prazo de execução do contrato, dependendo das necessidades do município, não alterando por isso as condições do contrato.

29. Obrigações do adjudicatário

29.1. O adjudicatário obriga-se a executar os contratos a celebrar por via do presente procedimento de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, know-how, diligência e zelo e recorrendo a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos necessários e adequados para a execução dos mesmos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

29.2. Para além das previstas no CCP, constituem obrigações do adjudicatário, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nas peças do procedimento:

- a)** Manter atualizados os documentos de habilitação que estão obrigados a apresentar por força do artigo 81º do CCP;
- b)** Comunicar à entidade adjudicante o(s) facto(s) que torne(m) total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações nos termos do contrato a celebrar, logo que deles tenha conhecimento;
- c)** Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação dos serviços e demais esclarecimentos que se justifiquem, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros relacionados com condições que não se encontrem previstas no presente procedimento contratual;
- d)** Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução do contrato, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
- e)** Nomear um gestor responsável pelo acompanhamento da execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento, e comunicar à entidade adjudicante a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação, sendo que ao gestor em causa cabe desempenhar o papel de interlocutor com a entidade adjudicante;
- f)** Disponibilizar à entidade adjudicante toda a informação relevante para a gestão do contrato a

celebrar por via do presente procedimento, designadamente qualquer relatório especialmente previsto no presente caderno de encargos;

- g)** Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;
- h)** Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos nas peças do procedimento.

30. Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais

30.1. O adjudicatário obriga-se a prestar o serviço de execução de podas e manutenção de árvores, num total de 2350 exemplares de porte médio/grande e 500 exemplares de porte pequeno.

30.2. O serviço deverá ser prestado de acordo com as necessidades do Município, mediante requisição emitida por este, com uma antecedência de 5 dias em relação à data da atividade a realizar.

30.3. Todas as despesas e custos com o transporte os materiais até ao local onde decorrerão os trabalhos são da responsabilidade do adjudicatário.

30.4. O serviço deve ser efetuado de acordo com as disposições e cláusulas técnicas descritas no anexo I do presente caderno de encargos;

30.5. Após início da prestação do serviço, o adjudicatário deve informar os serviços da Câmara Municipal de Mangualde quais as áreas a intervencionar, descritas no anexo II e anexo III, que serão alvo de execução de trabalhos.

30.6. Após a execução dos trabalhos, o adjudicatário deve indicar o número de árvores podadas em cada uma das áreas intervencionadas, de acordo com a alínea anterior.

31. Avaliação da qualidade da prestação de serviços

31.1. A avaliação da qualidade do serviço é efetuada com recurso a auditorias, onde o avaliador definirá se o cumprimento dos requisitos e níveis de serviço definidos na cláusula anterior, bem como dos restantes termos do presente caderno de encargos.

31.2. As auditorias são realizadas pelo gestor do contrato ou por uma terceira entidade, escolhida pela entidade adjudicante, acompanhada pelo gestor nomeada por parte do adjudicatário, sendo que uma eventual não comparência deste último não o desvincula dos resultados da auditoria.

PARTE III – Cláusulas de Proteção de Dados

32. Definições e Interpretação

32.1. Todas as expressões em maiúsculas não definidas que sejam utilizadas na presente Adenda/Cláusula/Capítulo terão o mesmo significado, conforme estipulado no contrato.

32.2. As expressões “responsável pelo tratamento”, “subcontratante de tratamento de dados”, “dados pessoais”, “tratamento” e “medidas técnicas e organizativas adequadas”, “autoridade de controlo relevante” terão o significado que lhe é atribuído pelo RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais (“legislação aplicável”).

32.3. Em caso de conflito ou divergência entre os termos da presente Adenda/Cláusula/Capítulo e os termos do contrato, na medida em que se refiram ao tratamento dos dados pessoais, os termos aqui presentes prevalecerão.

33. Princípios Gerais

33.1. A execução do objeto do contrato a celebrar implica o acesso e tratamento de dados pessoais, pelo que está sujeito ao regime jurídico definido no Regulamento (UE) 2016/679, Lei 58/2019 de 8 de agosto e restante legislação aplicável.

33.2. Sem prejuízo das obrigações específicas aqui presentes, o prestador obriga-se a cumprir as disposições daquele Regulamento em tudo quanto for aplicável à execução do contrato a celebrar.

33.3. O prestador obriga-se ainda a tomar conhecimento, cumprir e apoiar a Câmara Municipal de Mangualde no cumprimento da sua Política de Privacidade, disponível para consulta no site oficial do mesmo.

33.4. De acordo com o artigo 28.º, n.º 1 do RGPD, *“o responsável pelo tratamento recorre apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do presente regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados”*.

33.5. Conforme dispõe ainda o artigo 28.º, n.º 3 do RGPD, o contrato entre o responsável pelo tratamento e subcontratante relativo ao tratamento de dados pessoais pelo segundo por conta do primeiro *“é regulado por contrato ou outro ato normativo”*, sendo que o n.º 9 do mesmo artigo define que o contrato ou outro ato normativo deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

33.6. Ainda no n.º 3 do mesmo preceito, este estabelece um conjunto de estipulações a constar obrigatoriamente do contrato que titula aquela relação de subcontratação, sendo que o subcontratante *“trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento”*.

33.7. Impõe-se, por isso, regular os termos em que o Prestador efetua o processamento de Dados por conta da Cliente no quadro da execução dos serviços objeto deste contrato.

34. Obrigações Gerais

34.1. Os dados pessoais a que o Prestador tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Câmara Municipal de Mangualde, ao abrigo do Contrato, serão tratados pelo Prestador, na qualidade de subcontratante, em estrita observância de instruções documentadas da Câmara Municipal de Mangualde, na qualidade de responsável pelo tratamento, e apenas na medida e conforme necessário à prestação dos Serviços.

34.2. A Câmara Municipal de Mangualde prestará toda a cooperação e informação que o Prestador possa razoavelmente solicitar de forma a permitir que o Prestador cumpra as suas obrigações nos termos do presente, em conformidade com o disposto na legislação Aplicável.

35. Obrigações Específicas do Prestador em Matéria de Proteção dos Dados Pessoais

35.1. Constituem obrigações específicas do Prestador no âmbito da proteção dos dados pessoais a que tenha acesso e que sejam objeto de tratamento no âmbito da execução do presente contrato:

- a)** Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b)** Prestar a cooperação, assistência e informação necessárias para que a Câmara Municipal de Mangualde possa cumprir as suas obrigações decorrentes da Legislação Aplicável, incluindo em caso de exercício de direitos pelos titulares dos dados e assim cooperar e cumprir as orientações ou decisões da autoridade de controlo relevante;
- c)** Dispor de medidas técnicas e organizativas adequadas ao cumprimento da Legislação Aplicável e reunir todas as condições para executar as obrigações que para si advêm do contrato/adenda, em relação ao tratamento de dados pessoais, de forma a assegurar que a Câmara Municipal de Mangualde não incorra em violação de qualquer das suas obrigações quanto ao tratamento de dados pessoais;
- d)** Dispor de medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança dos dados adequados ao risco, em particular contra a destruição, perda e alterações acidentais ou ilícitas, e divulgação ou acesso não autorizados aos dados pessoais;
- e)** Disponibilizar à Câmara Municipal de Mangualde todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de Proteção de Dados;
- f)** Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da Câmara Municipal de Mangualde, ou decorrente de obrigação legal;
- g)** Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- h)** Garantir que os seus colaboradores ou quaisquer outras pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade, aceitando vincular-se a obrigações idênticas às que se aplicam ao Prestador nos termos deste Acordo/Contrato, adotando também as medidas de segurança correspondentes;

- i) Apoiar a Câmara Municipal de Mangualde na resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
- j) Disponibilizar, a pedido da Câmara Municipal de Mangualde e mediante um pré-aviso razoável, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações acima, bem como permitir que representantes da Câmara Municipal de Mangualde auditem a conformidade do Prestador com os requisitos na presente Adenda/Contrato e na legislação aplicável.
- k) Permitir o acesso da Câmara Municipal de Mangualde aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes;
- l) Prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam exigidos pela Câmara Municipal de Mangualde, através do seu Encarregado da Proteção de Dados, no âmbito da aplicação dos presentes termos;
- m) Informar prontamente a Câmara Municipal de Mangualde sempre que seja intimado por qualquer autoridade competente, incluindo tribunais, órgãos de polícia criminal ou a CNPD, a fornecer acesso a Dados, bem como a colaborar com a Câmara Municipal de Mangualde e atuar em resposta a tais intimações de acordo com as instruções legítimas recebidas da Câmara Municipal de Mangualde;

35.2. O Prestador declara oferecer garantias suficientes e adequadas de que se encontra apto ao desempenho das obrigações que para si decorrem da presente Adenda/Contrato/Caderno de Encargos e que implementará os processos apropriados e todas as medidas técnicas associadas que assegurem que as instruções da Câmara Municipal de Mangualde possam ser convenientemente executadas.

35.3. Finda a vigência do contrato, o Prestador tem a obrigação, consoante a escolha da Câmara Municipal de Mangualde de eliminar/apagar ou devolver, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Câmara Municipal de Mangualde, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

36. Obrigações da Câmara Municipal de Mangualde

36.1. A Câmara Municipal de Mangualde obriga-se a cumprir as disposições legais e regulatórias aplicáveis, incluindo as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (“CNPD”), nas instruções fornecidas ao Prestador quanto aos tratamentos de Dados efetuados por sua conta ao abrigo desta Adenda/Caderno de Encargos/Contrato.

36.2. A Câmara Municipal de Mangualde, na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento cumprirá com as seguintes obrigações:

- a) Facultar o acesso ao prestador aos dados pessoais que sejam necessários para a prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar;

- b)** Supervisionar o tratamento, incluindo através da realização de inspeções e auditorias.
- c)** No caso de a Câmara Municipal de Mangualde realizar uma auditoria, esta avisará o Prestador previamente e com um prazo razoável. Se for caso disso, a Câmara Municipal de Mangualde obriga-se ainda a realizar a auditoria de forma a criar o mínimo de obstáculos possível à atividade do Prestador.
- d)** O direito de auditoria não inclui o direito de a Câmara Municipal de Mangualde aceder a informação própria do Prestador ou de Terceiros.

37. Responsabilidades

37.1. O prestador será responsável por qualquer prejuízo que a Câmara Municipal de Mangualde venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Prestador, e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação do disposto nesta adenda/contrato e/ou legislação aplicável.

37.2. Para efeitos da presente Adenda/Contrato, por “colaborador” entende-se toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que forneça serviços ao Prestador, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo estabelecido entre o Prestador e o referido colaborador.

38. Subcontratação

38.1. A Câmara Municipal de Mangualde autoriza o Prestador a designar subcontratantes ulteriores para a prestação dos serviços como novos subcontratantes de tratamento de dados, em nome da Câmara Municipal de Mangualde, ao abrigo do contrato, desde que:

- a)** O Prestador tiver notificado, por escrito, a Câmara Municipal de Mangualde da sua intenção, de recorrer a subcontratantes ulteriores, fornecendo a identificação completa, sede ou estabelecimento principal do(s) subcontratante(s);
- b)** Os subcontratantes ulteriores apresentem medidas técnicas e organizativas adequadas ao tratamento de dados pessoais associados aos Serviços, nos termos desta Adenda/Contrato e da Legislação Aplicável; e
- c)** Os subcontratantes ulteriores aceitem as obrigações previstas na presente Adenda/Contrato e se vinculem às mesmas através de acordo escrito.

38.2. Não obstante o número anterior, a subcontratação só será admissível se a Câmara Municipal de Mangualde a aceitar expressamente por escrito ou se não tiver manifestado a sua oposição no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da notificação escrita do Prestador efetuada, nos termos previstas na alínea a) do n.º 1 supra.

38.3. O Prestador reconhece e aceita que, ainda que tenha cumprido as suas obrigações especificadas na Adenda/Contrato, continua a ser plenamente responsável perante a Câmara Municipal de Mangualde pelo incumprimento das obrigações do(s) subcontratante(s) ulterior(es) a que recorra para o cumprimento das

respetivas obrigações ao abrigo desta Adenda/Contrato.

38.4. O Prestador, na qualidade de subcontratante, assumirá a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer multas, sanções, indemnizações, danos e/ou prejuízos em que possa vir a ser condenado por factos que lhe sejam imputáveis no âmbito da utilização indevida dos Dados recolhidos e/ou tratados ao abrigo desta Adenda/Caderno de Encargos ou do Contrato.

38.5. É considerada utilização indevida dos Dados toda aquela que não for executada nos precisos termos das instruções dadas pela Câmara Municipal de Mangualde.

39. Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados

39.1. Quando solicitado pela Câmara Municipal de Mangualde, o Prestador colocará à sua disposição todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento pela Câmara Municipal de Mangualde da legislação aplicável.

39.2. O Prestador auxiliará a Câmara Municipal de Mangualde na concretização de quaisquer avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto do contrato, nos termos do RGPD.

39.3. O Prestador, após a realização das devidas avaliações de impacto, também colaborará com a Câmara Municipal de Mangualde na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.

40. Violações de Segurança de Dados e Requisitos de Notificação

40.1. O Prestador obriga-se a notificar a Câmara Municipal de Mangualde de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir à Câmara Municipal de Mangualde, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD.

40.2. A notificação de violação de dados deverá incluir:

- a)** Uma descrição detalhada da violação de dados;
- b)** O tipo de dados que foram objeto de violação de segurança;
- c)** As categorias e o número de titulares afetados (ou aproximado, caso não seja possível definir);
- d)** Uma descrição das consequências prováveis da violação de segurança,
- e)** Uma descrição das medidas adotadas ou propostas para serem realizadas pelo Prestador para tratar a violação de segurança, incluindo, quando apropriado, as medidas para mitigar os seus possíveis efeitos adversos.

40.3. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

40.4. O Prestador deve tomar medidas imediatas para investigar a violação de segurança e para identificar, prevenir e fazer todos os esforços para mitigar os efeitos de uma eventual violação de segurança de acordo com as suas obrigações, nos termos desta Adenda/Contrato e, mediante acordo prévio com a Câmara

Municipal de Mangualde, para realizar qualquer recuperação ou outra ação necessária para sanar a violação de segurança.

40.5. O Prestador não deve disponibilizar ou publicar qualquer ficheiro, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer violação de segurança em relação aos dados pessoais sem aprovação prévia, por escrito, da Câmara Municipal de Mangualde.

41. Incumprimento

41.1. O Prestador indemnizará a Câmara Municipal de Mangualde por todos os custos por esta incorridos em virtude de quaisquer procedimentos, queixas ou medidas contra esta, resultantes de qualquer incumprimento das garantias e obrigações constantes da presente Adenda/Caderno de Encargos/Contrato por parte do Prestador.

42. Cláusula Informativa

42.1. Os dados pessoais das pessoas singulares que intervenham na assinatura e na gestão e execução do contrato a celebrar em nome e representação e/ou por conta de cada uma das partes, serão tratados sob a responsabilidade da parte recetora, para a celebração, desenvolvimento, manutenção e controlo do contrato e cumprimento das suas respetivas obrigações legais.

42.2. O titular dos dados pessoais poderá exercer os direitos de acesso, retificação, oposição apagamento, portabilidade, limitação do tratamento, bem como quaisquer outros direitos que sejam reconhecidos na lei, relativamente ao tratamento de que cada parte é respetivamente responsável, dirigindo-se por escrito, à atenção do respetivo responsável ou encarregado da proteção de dados.

42.3. O tratamento dos dados é necessário para as finalidades indicadas anteriormente e os seus fundamentos de legitimidade são:

- a)** a celebração, execução, cumprimento e controlo da relação contratual entre as partes e;
- b)** o cumprimento de obrigações legais a que a Câmara Municipal de Mangualde está sujeita.

Mangualde, 21 de fevereiro de 2024

O Técnico Superior,

ANEXO I

1. Disposições e cláusulas técnicas

Na execução dos trabalhos abrangidos pela prestação de serviços observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
- b) O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e a restante legislação aplicável, nomeadamente a que respeita às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho.

2. Responsabilidades do Adjudicatário

2.1. Obrigação principal do prestador de serviços

- a) Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de executar os serviços identificados na sua proposta com zelo, nos prazos aí indicados.
- b) A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2.2. Responsabilidade por Danos Materiais e Humanos

- a) O adjudicatário tomará todas as medidas úteis para assegurar a segurança do pessoal e dos utentes, durante a execução dos trabalhos de manutenção.
- b) A responsabilidade proveniente de acidentes de trabalho pertence exclusivamente ao adjudicatário.
- c) O adjudicatário será responsável por todos os danos causados pelo seu pessoal no decorrer da execução dos trabalhos, quer os de natureza humana, quer os materiais, devendo dar conhecimento à CMM por escrito e proceder à sua reparação com urgência e a expensas suas.
- d) Toda a responsabilidade dos trabalhos, no que se refere ao cumprimento das leis vigentes, ou às determinações das entidades públicas ou dos corpos administrativos, bem como a resultante de aplicações de multas, pertencem exclusivamente ao adjudicatário.
- e) Serão inteiramente da conta do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes de trabalhos indevidamente executados, assim como da indevida utilização de produtos e equipamentos.
- f) Correrão por conta do adjudicatário as reparações e indemnizações de todos os prejuízos sofridos por terceiros, em consequência do modo de

execução do serviço, da atuação do pessoal e do deficiente comportamento ou falta de segurança e vigilância nas áreas de trabalho.

2.3. Recursos Humanos

- a) Não é permitida a permanência de funcionários da empresa contratada nos locais da prestação de serviços, sem fardamento e devida identificação legível da empresa. O pessoal afeto aos trabalhos deve usar farda da responsabilidade do adjudicatário, devendo o fardamento conter a identificação da empresa de forma legível.
- b) São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal empregue na prestação de serviço, nomeadamente as relativas à higiene e segurança no trabalho, bem como à sua aptidão profissional.
- c) O adjudicatário apresentará, antes do início da prestação de serviços e posteriormente sempre que a fiscalização o exigir, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativos a todo o pessoal, comprometendo-se a mantê-los válidos até ao fim do contrato.

2.4. Conformidade dos serviços

- a) O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos previstos nas cláusulas técnicas e nas listagens anexas ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- b) O adjudicatário deverá executar os trabalhos previstos sem qualquer quebra na continuidade ou qualidade na execução dos mesmos, ainda que para tal tenha que recorrer a situações alternativas. Excetuam-se os períodos de mau tempo. Entende-se por períodos de mau tempo, quando as condições meteorológicas não permitam a realização dos trabalhos com segurança para os operadores.
- c) O adjudicatário deverá avisar os serviços técnicos sobre os trabalhos ou operações que possam colidir com a circulação dos munícipes e trânsito e/ou que possam pôr em risco a saúde/segurança pública.
- d) A colocação de sinalização de segurança nos locais alvo de poda, aquando da execução dos trabalhos é obrigatória, e é pertença e da responsabilidade do adjudicatário.
- e) Caso se verifique a necessidade de podar árvores não contempladas na listagem que faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, podem estas ser intervencionadas em troca de árvores do mesmo porte e incluídas na listagem do anexo II, que ficarão por intervencionar.

2.5. Prestação de serviços objeto do contrato

- a) Os serviços objeto do contrato devem ser prestados nos locais e prazos indicados no presente Caderno de Encargos.
- b) É da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento de todo o equipamento, máquinas, combustíveis, lubrificantes, ferramentas e utensílios necessários à boa execução dos trabalhos.
- c) Todos os transportes serão da responsabilidade do adjudicatário e por conta deste.

- d) A remoção e transporte do material vegetal resultante da intervenção são da responsabilidade do adjudicatário, a depositar em destino/vazadouro indicado pela CMM.

2.6. Vistorias, fiscalização e controlo da prestação de serviços

- a) A CMM reserva-se ao direito de durante e após a execução dos trabalhos e sempre que o entender, levar a efeito vistorias, a fim de verificar se a execução das podas se encontra de acordo com o estipulado no presente Caderno de Encargos.
- b) O adjudicatário deverá nomear um elemento que o represente, e que será o elemento de diálogo com a CMM, relativamente a assuntos técnicos e processuais da prestação de serviços, devendo em caso da sua substituição temporária ou definitiva, ser comunicada à CMM a identificação do substituto por escrito.
- c) No caso de ocorrerem dúvidas sobre a execução das podas após o início dos trabalhos, deverá o prestador de serviços submetê-las imediatamente à fiscalização, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
- d) O adjudicatário obriga-se a executar, pelos preços apresentados na sua Proposta, todos os trabalhos constantes no Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar, sem direito a renumerações suplementares, os trabalhos subsidiários que forem consequentes daqueles, ou necessários para a sua perfeita execução, cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela Câmara Municipal de Mangualde.
- e) O adjudicatário deverá informar os serviços técnicos da CMM da existência de árvores mortas ou doentes que venha a observar no decorrer da execução dos trabalhos e que, eventualmente, careçam de substituição, cuja responsabilidade é pertença do adjudicante.
- f) A qualidade de todos os trabalhos efetuados no âmbito da Prestação de Serviços será avaliada pela fiscalização, tendo como padrão os níveis de perfeição e de eficiência exigíveis a um prestador de serviços, altamente qualificado, competente, eficaz e responsável.
- g) As deficiências detetadas nos trabalhos executados devem ser corrigidas no prazo para o efeito marcado pela fiscalização.

2.7. Desconformidade dos serviços com as características, especificações e requisitos exigidos

- a) A falta de cumprimento das cláusulas do presente Caderno de Encargos, serão objeto de apreciação, podendo ser motivo para a suspensão total ou parcial dos valores a pagar ao adjudicatário.
- b) O adjudicatário não poderá queimar na área de intervenção, o lixo, ramos e folhas, ou seja, todo o material resultante do trabalho contratado. Estes deverão ser removidos, para que a área de intervenção fique perfeitamente limpa, logo a seguir à execução da poda e ao final

do dia.

- c) No caso de se efetuar intervenções em árvores próximas de fios, que poderão pôr em risco a segurança do podador, o adjudicatário deverá avisar com uma antecedência de quarenta e oito horas, o representante da CMM, de modo a este proceder às necessárias diligências, nomeadamente para se efetuar o corte da eletricidade naquele troço, para realizar a poda.

3. Sanções pecuniárias

- a) Pelo incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, o município de Mangualde aplicará uma multa calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \cdot A / N$$

P = Montante da multa

V = Valor do contrato da prestação dos serviços

A = Número de dias em atraso

N = Prazo de execução.

- b) Pela má execução das podas (cortes, técnicas, tipo de poda, etc.), indicadas no presente Caderno de Encargos e por causa imputável ao adjudicatário, o município de Mangualde aplicará uma multa calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = 3 \cdot N \cdot V$$

P = Montante da multa

N = Número de árvores mal podadas

V = Valor da poda da árvore.

- c) Pelo incumprimento do estipulado nas alíneas a) e b) do Ponto 10, o município de Mangualde aplicará uma multa calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = 2 \cdot V$$

P = Montante da multa

V = Valor do somatório das árvores podadas, na rua em causa.

- d) As multas serão notificadas ao adjudicatário por escrito, via fax ou correio eletrónico (e-mail), com indicação do seu montante, que será descontado no pagamento da fatura, aos trabalhos a que respeita. Qualquer uma das formas referidas, para realização da notificação, tem efeito imediato.
- e) Sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Caderno de Encargos, a CMM reserva-se ao direito de rescindir o Contrato com o adjudicatário, sem pagamento de qualquer indemnização, sempre que ocorrer o incumprimento e/ou a execução defeituosa das disposições previstas no presente Caderno de Encargos.

4. Responsabilidades do Adjudicante

- a) Será da responsabilidade da CMM a disponibilização de destino/vazadouro onde o material sobranço da execução dos trabalhos possa ser depositado pelo Adjudicatário;
- b) Será igualmente responsabilidade da CMM, em articulação com o elemento representante do Adjudicatário, proceder à planificação, priorização e calendarização dos trabalhos nas diferentes áreas assinaladas nos anexos II e III.

5. Definições

Uma árvore saudável deve ter uma relação equilibrada entre a quantidade de folhas e a sua dimensão total, para garantir um crescimento normal. A copa deve também assegurar a exposição das folhas à luz solar, essencial à fotossíntese (António Fabião, 2006).

5.1. Podas

Uma poda é uma eliminação seletiva de ramos com a finalidade de atingir objetivos previamente definidos, como por exemplo de formação da copa, de manutenção, de adaptação, etc.

- a) **Poda de formação**: a efetuar enquanto as árvores são jovens, visando formar uma copa equilibrada e com forma própria da espécie a que pertence. Deve proporcionar a formação de uma flecha bem conformada (favorecendo a dominância apical da árvore), principalmente nas árvores de forma cónica, eliminando bifurcações do eixo principal a atarracando flechas com a extremidade quebrada ou com gomo terminal morto. É também nesta fase que se devem eliminar pernadas demasiado desenvolvidas e com ângulos de inserção agudos, que possam vir a competir em importância e diâmetro com o tronco da árvore. A intervenção na copa da árvore deverá ser global e não ultrapassar 1/3 do total do volume da copa.

Esta modalidade de poda permite regular a altura da copa e a condução da árvore, para que futuramente não entre em conflito com outras estruturas e/ou coloque a segurança pública em risco. Também possibilita obter troncos mais direitos e a supressão de ramos mal orientados, no interior da copa. Além disso facilita dotar a árvore de uma estrutura que permita podas regulares, caso sejam necessárias.

A eliminação de ramos com diâmetro na base superior a 3-5 cm pode deixar já uma superfície de corte com cicatrização demorada, permitindo, pelo tempo de exposição do corte, que se instalem na árvore fungos ou insetos nocivos.

A poda de conformação/formação consiste desde o início, em selecionar as pernadas que devem ficar para constituírem o suporte principal da copa, eliminando pernadas em zonas onde se encontrem muito próximas, ou as que tendem a desenvolver-se muito verticalmente, ou as que se apresentem mal

conformadas. Posteriormente, a atuação deve ser estendida às braças e a ramos de maior ordem de grandeza, de acordo com critérios idênticos.

Esta é também a operação adequada para se suprimirem ramos que se cruzam e tocam, pois podem vir a ser, mais tarde, uma fonte de problemas sanitários: a fricção tende a enfraquecê-los e a criar feridas onde se podem instalar insetos e fungos e, eventualmente, poderão vir a quebrar-se e a cair, com risco para pessoas e bens.

A não execução na íntegra de todos os pontos anteriormente enunciados, serão alvo de penalizações como constante na alínea b) do Ponto 3.

- b) **Poda de manutenção**: consiste na limpeza de ramos mortos, partidos e mal inseridos e ou orientados, potencialmente perigosos, para valorização estética e promoção da segurança pública. Esta modalidade também é aplicável a árvores que apresentam indícios de *dieback*. Estas intervenções consideram-se completamente executadas, aquando da verificação da poda na íntegra, ou seja, não será considerada uma árvore podada, quando a intervenção só ocorreu em parte da copa (parte inferior, por exemplo). A intervenção na copa da árvore deverá ser global e não ultrapassar 1/3 do total do volume da copa. Caso se verifique que só parte da copa foi intervencionada será aplicada a penalidade constante na alínea b) do Ponto 3.

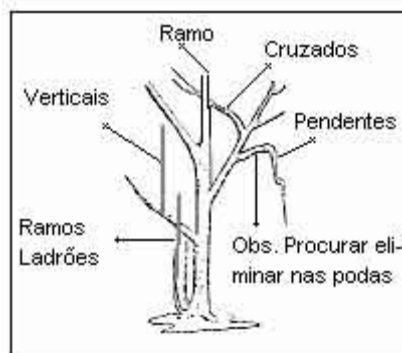
A eliminação de ramos com diâmetro na base superior a 3-5 cm pode deixar já uma superfície de corte com cicatrização demorada, permitindo, pelo tempo de exposição do corte, que se instalem na árvore fungos ou insetos nocivos.

Todos os tipos de poda podem, de alguma forma, considerar-se como sendo de manutenção da árvore, no sentido em que as operações comuns de manutenção que se descrevem podem e devem ser efetuadas sempre que haja intervenções nas copas. Contudo, mesmo que não seja necessário formar, configurar, ou subir o nível da base da copa resta sempre em meio urbano um espaço de intervenção, através de podas, que visa assegurar a sanidade da árvore e a segurança física de pessoas e bens. A poda de manutenção inclui principalmente:

- i) Eliminação de ramos mortos/secos, que podem tombar e causar danos, deixando feridas na árvore;
- ii) Supressão de ramos vivos que cresçam mal orientados e possam causar problemas de qualquer tipo, como os que crescem de cima para baixo, ou da periferia da copa para o interior;
- iii) Remoção de ramos excessivos, isto é, em zonas de ramificação muito densa;
- iv) Remoção de ramos que cresçam muito chegados ao tronco (em alternativa, podem ser afastados com suportes ou técnicas de amarração adequados);

- v) Supressão de rebentões de raiz e de pôlas provenientes do colo e da base do tronco;
- iv) Supressão de raízes superficiais que ocasionem problemas em pavimentos ou dificultem a circulação de pessoas e viaturas.

Também nos casos em que uma árvore se apresente mutilada por um agente físico - quebra de ramos devido ao vento, ou partes da copa atingidas por raios numa trovoadas - é geralmente recomendável que os ramos afetados sejam cuidadosamente seccionados pela parte sã, quando possível, com um corte liso, direito e tenuemente inclinado para fora. Um corte desse tipo num ramo grosso é inconveniente e implica riscos sanitários, mas muito menos do que a manutenção de uma superfície de fratura irregular ou de uma ferida resultante de uma quebra natural, que tendem a acumular humidade e a oferecer boas oportunidades de desenvolvimento para fungos e insetos.



- c) **Poda de adaptação**: condução da árvore de forma a permitir a coabitação com edifícios, rede viária, rede elétrica, propriedade privada, peões, iluminação pública, etc.

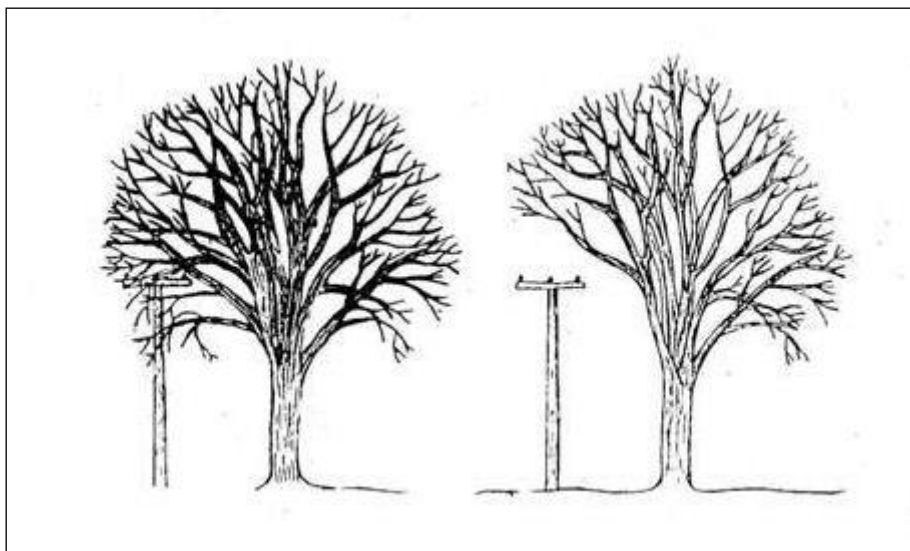
Inclui a elevação, redução ou estreitamento da copa, de forma a permitir a passagem de pessoas, viaturas, fios sob a árvore ou a evitar a colisão com janelas, varandas, candeeiros, anúncios comerciais, sinalética. A elevação ou a redução da copa é executada mediante prévia orientação dos Serviços Técnicos da CMM e aplicada consoante os casos.

A eliminação de ramos com diâmetro na base superior a 3-5 cm pode deixar já uma superfície de corte com cicatrização demorada, permitindo, pelo tempo de exposição do corte, que se instalem na árvore fungos ou insetos nocivos.

Nesta intervenção, após a eliminação dos ramos que interferem com as diferentes infraestruturas, não é considerada executada, quando na restante copa permanecerem ramos cruzados, partidos, mortos, ou seja, a poda de adaptação não dispensa o complemento da poda de manutenção. A intervenção na copa da árvore deverá ser global e não ultrapassar 1/3 do total do volume da copa.



Passagem de fios pela copa da árvore.

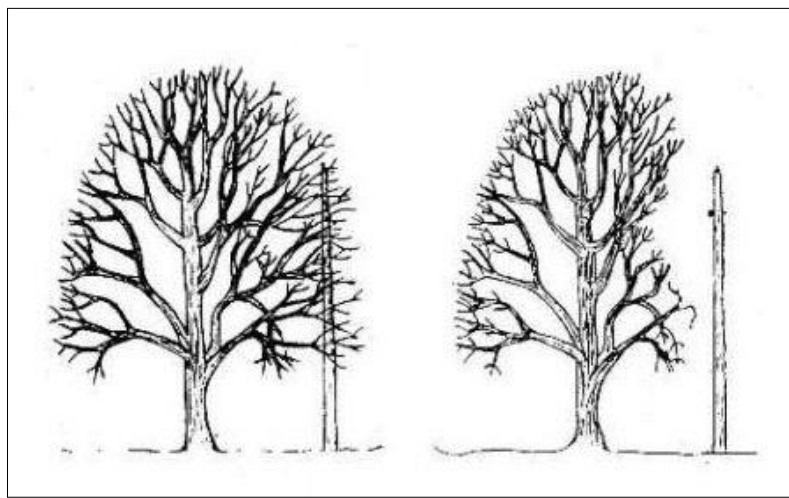


Elevação da copa, para efeitos de passagem de fios.

i) Elevação da copa: trata-se de um tipo de intervenção que consiste na simples desramação dos andares inferiores de pernadas, sem outro critério de seleção. Serve para criar espaços livres de obstáculos na base das árvores, quer para que aí circulem pessoas e viaturas, quer para desobstruir a linha de visão, em locais onde se pretenda valorizá-la. A remoção das pernadas mortas da base da copa deve merecer especial atenção, pois não desempenham já qualquer função fisiológica e desvalorizam esteticamente a árvore. A "regra de ouro" da poda de elevação da copa ou da desramação, operação idêntica aplicável em povoamentos florestais - consiste em desramar pouco de cada vez, operando com intervalos de poucos anos. Em termos gerais, não deve ser podado mais de um terço da altura total da árvore, mas mesmo esta proporção pode ser

excessiva, se a poda incluir a parte do tronco em que já ocorre um adelgaçamento (taxa de redução do diâmetro com a altura) muito acentuado. Uma árvore demasiado desramada pode ficar com copa insuficiente para um crescimento normal, afetando a rapidez deste e, eventualmente, a susceptibilidade a pragas e doenças. Por outro lado, uma desramação pouco frequente, obriga quase sempre a eliminar ramos com grandes dimensões, que deixam feridas maiores e são mais difíceis de cortar e remover.

ii) Estreitamento da copa: é realizada com o intuito de reduzir o volume da copa lateralmente, quando a mesma está a entrar em conflito com alguma infraestrutura. Este estreitamento deverá ser efetuado sempre sobre a axila de um ramo lateral, que desempenhará o papel de “tira-seiva”.



Estreitamento da copa.

iii) Redução da copa ou poda condicionada: consiste em reduzir a copa, ao tamanho da última poda efetuada, através da realização de “talões” com um a três gomos, consoante o vigor que a árvore apresenta.

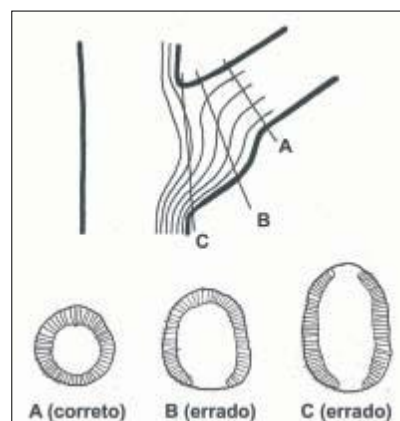
- d) Poda de recuperação: subsiste na condução da copa de árvore o mais livre possível, efetuando correções na orientação das varas existentes (incluindo a seleção das com melhores inserções na pernada ou braçada), nos casos em que as árvores foram anteriormente submetidas a podas condicionadas.
- e) Desrama: trata-se de um tipo de intervenção que consiste na simples desramação dos andares inferiores de pernadas, sem outro critério de seleção. Serve para criar espaços livres de obstáculos na base das árvores, quer para que aí circulem pessoas e viaturas, quer para desobstruir a linha de visão, em locais onde se pretenda valorizá-la. A remoção das pernadas mortas da base da copa deve merecer

especial atenção, pois não desempenham já qualquer função fisiológica e desvalorizam esteticamente a árvore. A "regra de ouro" da poda de elevação da copa ou da desramação, operação idêntica aplicável em povoamentos florestais - consiste em desramar pouco de cada vez, operando com intervalos de poucos anos. Em termos gerais, não deve ser podado mais de um terço da altura total da árvore, mas mesmo esta proporção pode ser excessiva, se a poda incluir a parte do tronco em que já ocorre um adelgaçamento (taxa de redução do diâmetro com a altura) muito acentuado. Uma árvore demasiado desramada pode ficar com copa insuficiente para um crescimento normal, afetando a rapidez deste e, eventualmente, a suscetibilidade a pragas e doenças. Por outro lado, uma desramação pouco frequente, obriga quase sempre a eliminar ramos com grandes dimensões, que deixam feridas maiores e são mais difíceis de cortar e remover.

- f) **Ramo seco:** Ramo que apresenta ausência de gomos ou gomos secos nos nós, casca seca e/ou solta do lenho. Por vezes acusa a presença de líquenes ou fungos, por exemplo.

5.2. Execução dos cortes

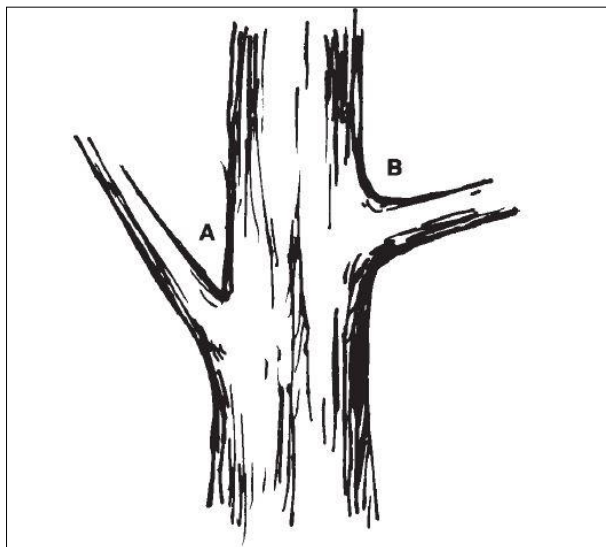
- a) **Supressão de um ramo:** Os cortes deverão ser realizados com firmeza e de forma limpa, orientados de modo a evitar a estagnação de água e situados no plano que une o exterior da ruga da casca e a extremidade superior do colo do ramo. Na eliminação de um ramo morto ou de um toco dever-se-á evitar alterar o anel de cicatrização.



Não se devem deixar tocos, uma vez que estes impedem o desenvolvimento do anel de cicatrização, promovendo o ataque de patógenos, com posterior formação de podridão.

Ao efetuar as várias modalidades de poda anteriormente definidas, deve-se dar

prioridade ao corte de ramos que apresentam ângulos de inserção agudos em detrimento, dos ramos que apresentam ângulos de inserção retos.



A - Ramo com ângulo de inserção agudo.

B - Ramo com ângulo de inserção reto.

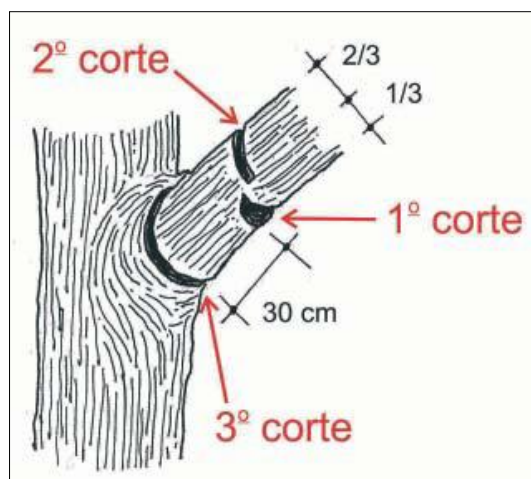
5.3. Corte (encurtamento) de um ramo

O encurtamento de um ramo deve ser efetuado na axila de um ramo lateral que desempenhará o papel de “tira-seiva”. O corte deve realizar-se paralelamente à ruga da casca, na proximidade imediata desta, do lado a remover, evitando tocar esta ruga.

No entanto, o “tira-seiva”, só desempenhará adequadamente o seu papel se tiver uma dimensão suficientemente grande em relação ao ramo cortado (cerca de metade).

a) No caso particular de eliminação ou encurtamento de grandes ramos, estes devem ser cortados em secções progressivas, de modo a evitar esgaçamento. A sua queda deverá ser orientada com o auxílio de cordas.

b) Quando se corta, com tesoura ou serra, um ramo inteiro de qualquer dimensão, deve efetuar-se o corte próximo da inserção, mas sem ferir o anel de tecidos, frequentemente saliente e visível (muitas espécies de árvores têm aí uma ruga da casca, envolvendo total ou parcialmente a inserção), que se situa na base dos ramos. É a partir desse anel que se forma o calo de cicatrização e, por isso, a integridade desta zona é essencial para o encerramento das feridas.



Ao atarracar ou de qualquer outra forma cortar apenas parte de um ramo, o corte deve efetuar-se imediatamente acima de um gomo ou de uma ramificação secundária nele inserido. É necessária, de novo, alguma precaução para não ferir os tecidos de onde se originará o calo de cicatrização.

6. Limpeza e proteção das feridas da poda

Todas as feridas da poda devem ser limpas pela supressão de eventuais irregularidades de corte. O anel de cicatrização só se desenvolve corretamente se a ferida da poda estiver perfeitamente limpa. Se tiver ocorrido separação de tecidos do tronco ou do ramo de suporte, os limites da ferida devem ser redesenhados. Este tipo de problema não costuma ocorrer com ferramentas bem afiadas e bem empregues à tarefa a desempenhar.

7. Limpeza de podridões

Este trabalho baseia-se na remoção de tecidos apodrecidos até à madeira sã, de modo a facilitar a cicatrização. Pode ser executado com o auxílio de um escopro e de um maço, de goivas e de raspadeiras. A raspagem deverá ser alongada longitudinalmente em elipse ou em amêndoa.

8. Eliminação de rebentos e ramos ladrões

- a) Os rebentos ladrões, que se formam no tronco, ou no colo da raiz, desviam parte da seiva e devem ser eliminados desde o seu aparecimento. Inclui-se desta forma a eliminação de todos os ramos ladrões nas árvores a intervencionar na presente prestação de serviço.
- b) Supressão de rebentões de raiz e de pôlas provenientes do colo e da base do tronco, também estão incluídos.

9. Descida de ramos

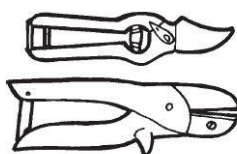
Na presença de bens ou árvores a conservar na proximidade das árvores a intervir, os ramos maiores deverão ser descidos com auxílio de cordas que orientem a sua queda, de forma a conservar a integridade dos bens, ou das restantes árvores existentes.

10. Remoção dos resíduos

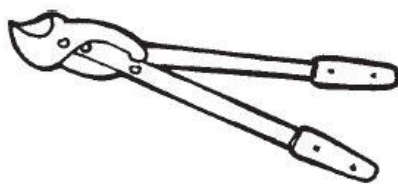
- a) Após a realização da poda, os sobrantes deverão ser retirados do local, com a maior brevidade possível, ficando o adjudicatário obrigado a retirar todo o material podado no decorrer do dia, antes do término do trabalho diário.
- b) Não é permitida a permanência de material cortado, no local alvo de poda, durante a noite.
- c) A permanência do material sobrente após a realização da poda e o término dos trabalhos decorridos no dia, é motivo de aplicação de penalização de acordo com o estipulado na alínea c) do Ponto 3.

11. Equipamentos

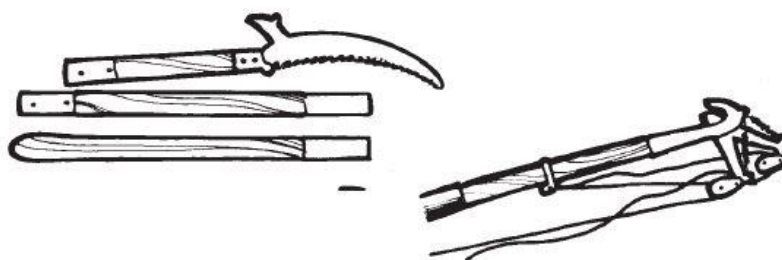
- a) A execução das podas não exige, em geral, ferramentas muito sofisticadas. As comuns tesouras de poda podem ser utilizadas em ramos de pequeno diâmetro, até cerca de 2 cm, ou até 3-4 cm com tesouras dotadas de pegas longas. Para a execução de podas em ramos pequenos longe do solo podem também usar-se tesouras com vara telescópica, mais difíceis de manusear, mas úteis até poucos metros de altura quando não se dispõe de escadas ou outros meios de acesso à copa.
- b) Para ramos grossos, é preferível usar serras de podar, eventualmente também com cabo telescópico, e serras de arco manuais com lâmina adequada. Contudo, a partir de diâmetros de cerca de 5 cm é mais prático, desde que haja possibilidades de acesso do operador à parte da copa sujeita à intervenção, utilizar motosserras, pois permitem melhor rendimento do trabalho. Existem também modelos de cabo extensível. A motosserra é uma ferramenta versátil e pode ter características variáveis. Para as operações de poda, não precisa de ter lâmina longa (costuma recomendar-se um limite máximo de 30 cm) e não deve ser pesada: o trabalho pode-se fazer com equilíbrio precário do operador e este deve ainda assim manter o controlo da ferramenta que está a utilizar. É em regra possível encontrar motosserras com menos de 5 kg de peso e bem equilibradas para uso eventual com uma só mão, mais convenientes para este tipo de trabalho.



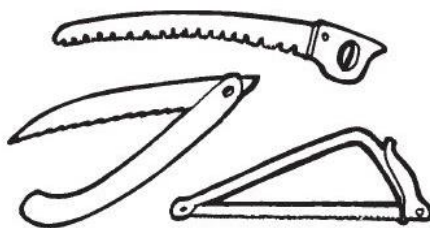
Tesouras de poda.



Tesoura de poda de pegas longas.

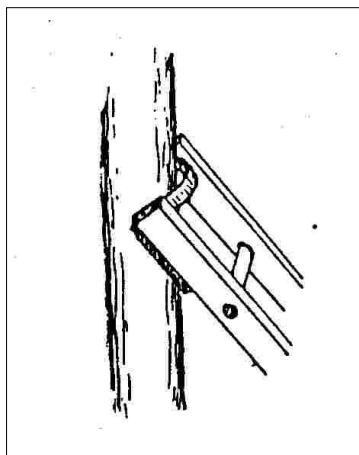


Tesouras e serras de podar com cabo telescópico.



Serras de podar.

- c) Para a realização das podas, a lista de material a empregar inclui motosserra, motosserra sobre vara telescópica, formões, goivas, raspadores, podoas, navalhas de jardineiro, tesoura da poda, tesoura de braços, etc., com afiações periódicas.
- d) Deve-se ainda recorrer a cestos e/ou plataformas, para assegurar um acesso fácil e seguro aos ramos, evitando danos aquando do corte dos mesmos. Poder-se-á igualmente, recorrer a escadas e/ou escadotes. O acesso às árvores far-se-á a partir da estrada (propriedade pública).
- e) Quando a poda é realizada por um podador/escalador, o material a empregar é o inerente à execução deste tipo de trabalho.
- f) Quanto ao equipamento de sinalização, deverá ser empregue o necessário para garantir a segurança dos operadores e público em geral.



Caraterísticas da escada para encosto seguro. Apoio antiderrapante nas longarinas e flexível na extremidade.

12. Desinfecção das ferramentas

- a) Para evitar a propagação de doenças, as ferramentas de poda deverão ser tratadas com um produto desinfetante. Na ausência de processo automático de desinfecção do material, será necessário realizar uma desinfecção periódica das ferramentas, particularmente antes da deslocação para outro local, por exemplo outra rua com outra espécie de árvore.
- b) Em zonas ou exemplares arbóreos de elevado risco de contaminação, deverão ser tomadas precauções particulares, sendo obrigatória a desinfecção do material antes de começar o trabalho noutra árvore.

13. Quantificação, localização e cartografia das árvores objeto do Caderno de Encargos

Faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, a listagem e a cartografia dos locais alvo da intervenção, Anexo II e Anexo III, respetivamente.

As quantidades apresentadas nos anexos II e III referem-se ao total de árvores existentes nas 114 parcelas consideradas. Contudo, não obstante o universo considerado totalizar 3787 árvores, apenas serão objeto de poda 2850 árvores, conforme referido no Ponto 1 das Cláusulas Gerais do presente Caderno de Encargos.

Para melhor conhecimento das áreas incluídas no presente processo, e o conteúdo das mesmas, é aconselhável a deslocação ao local no sentido do reconhecimento das existências.

ANEXO II - Listagem das áreas e árvores a intervencionar

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Abrunhosa-a-Velha	240
Abrunhosa-a-Velha	230
Parcela nº 108	69
Caminho das Aveleiras	1
Estrada Municipal	61
Rua dos Dois Beneméritos	7
Parcela nº 2	76
Adro de Santo António	1
Estrada Municipal	31
Rua D. Maria Teresa Sá Melo Pais Amaral	30
Rua do Eirô	3
Sem nome de rua definido	11
Parcela nº 3	85
Sem nome de rua definido	85
Gouveia Gare	8
Parcela nº 47	8
Rua da Estação	8
Vila Mendo de Tavares	2
Parcela nº 104	2
Rua da Escola	2
Alcafache	200
Aldeia de Carvalho	52
Parcela nº 6	29
Sem nome de rua definido	29
Parcela nº 7	23
Largo de Santa Cruz	6
Rua de Santa Cruz	7
Rua do Rossio	2
Sem nome de rua definido	8
Casal Mendo	20
Parcela nº 19	20
Rua do Carreiro	1
Rua Principal	12
Sem nome de rua definido	7
Lobelhe do Mato	10
Parcela nº 53	10
Rua da Escola	7
Sem nome de rua definido	3
Termas de Alcafache	13
Parcela nº 91	13
Rua Fonte dos Amores	9
Rua Principal	4
Tibaldinho	105
Parcela nº 94	27
Rua das Escolas	6
Rua Principal	10
Sem nome de rua definido	11
Parcela nº 95	78
Rua Ribeiro da Costa	27
Sem nome de rua definido	51
Cunha Baixa	257
Abrunhosa do Mato	149
Parcela nº 106	49

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Largo das Escolas	15
Largo Fonte da Bela	1
Rua da Cruzinha	8
Rua do Centro	11
Rua dos Carreiros	8
Rua Nova	2
Sem nome de rua definido	3
Travessa da Alegria	1
Parcela nº 107	3
Estrada da Barragem	1
Rua dos Emigrantes	2
Parcela nº 4	97
Adro da Igreja	5
Largo Senhor do Calvário	1
Rua da Filarmónica	10
Rua da Igreja	7
Rua da Paz	2
Rua das Figueiras	1
Rua Direita	3
Rua Senhor do Calvário	13
Sem nome de rua definido	54
Travessa das Figueiras	1
Cunha Baixa	108
Parcela nº 30	4
Sem nome de rua definido	3
Travessa Lage do Castanheiro	1
Parcela nº 31	71
Adro da Igreja	4
Canada da Igreja	3
Largo da Carvalha	1
Largo do Casal	7
Rua Adelino Amaral	9
Rua Casal Norte	1
Rua da Amoreira	2
Rua Inspector Trindade	5
Rua Senhor dos Passos	39
Parcela nº 32	33
Largo do Eirô	2
Largo do Morgado	2
Largo do Rossio	4
Rua da Saudade	5
Rua das Escolas	1
Rua do Centro	1
Rua Inspector Trindade	3
Rua Ladeira do Alto	5
Sem nome de rua definido	9
Travessa do Rio	1
Espinho	120
Água Levada	21
Parcela nº 5	21
Rua da Escola	4
Rua Principal	6
Sem nome de rua definido	10
Travessa das Flores	1
Abadia de Espinho	19
Parcela nº 1	19

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Rua da Abadia de Espinho	8
Sem nome de rua definido	11
Espinho	18
Parcela nº 34	18
Rua do Calvário	10
Sem nome de rua definido	6
Travessa da Escola	2
Gandufe	19
Parcela nº 45	17
Bairro de São Miguel	8
Largo da Capela	1
Largo de Santa Maria	2
Largo do Forno	1
Rua das Flores	1
Sem nome de rua definido	2
Travessa de Santa Maria	2
Parcela nº 46	2
Rua Direita	2
Moimenta de Maceira Dão	1
Parcela nº 60	1
Rua da Estação	1
Outeiro de Espinho	15
Parcela nº 67	15
Largo de Santo António	1
Largo do Irô	1
Rua da Escola	7
Rua das Flores	1
Sem nome de rua definido	5
Póvoa de Espinho	26
Parcela nº 76	26
Avenida Principal	3
Largo da Capela	5
Rua da Capela	4
Rua da Quinta do Bispo	1
Rua Fonte Bô Nome	1
Sem nome de rua definido	12
Vila Nova de Espinho	1
Parcela nº 105	1
Largo da Capela	1
Fornos de Maceira Dão	340
Casal do Fundo	3
Parcela nº 18	3
Caminho da Campodeira	1
Estrada Casal do Fundo	1
Sem nome de rua definido	1
Fagilde	14
Parcela nº 35	14
Estrada Nova	4
Rua do Cruzeiro	1
Sem nome de rua definido	9
Fornos de Maceira Dão	130
Parcela nº 36	22
Rua da Escola	9
Rua dos Barreiros	5
Sem nome de rua definido	8
Parcela nº 37	22

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Rua do Fontelo	1
Rua Principal	3
Sem nome de rua definido	18
Parcela nº 38	86
Rua da Igreja	23
Sem nome de rua definido	63
Pedreles	52
Parcela nº 69	25
Rua Principal	15
Sem nome de rua definido	10
Parcela nº 70	27
Largo Eirós de Cima	4
Rua da Escola	7
Rua dos Eirós	1
Rua Principal	9
Sem nome de rua definido	6
Tabosa	7
Parcela nº 90	7
Rua Central	1
Rua da Serra	4
Sem nome de rua definido	2
Tibalde	97
Parcela nº 92	88
Rua da Variante	47
Rua das Árvores	19
Rua Principal	12
Sem nome de rua definido	10
Parcela nº 93	9
Sem nome de rua definido	1
Travessa de São Domingos	8
Vila Garcia	37
Parcela nº 102	3
Rua da Capela	1
Rua Principal	1
Sem nome de rua definido	1
Parcela nº 103	32
Sem nome de rua definido	32
Parcela nº 35	2
Rua do Cemitério	2
Freixiosa	79
Freixiosa	79
Parcela nº 39	10
Avenida da Liberdade	6
Sem nome de rua definido	4
Parcela nº 40	22
Sem nome de rua definido	22
Parcela nº 41	19
Rua da Igreja	16
Rua de Santa Luzia	3
Parcela nº 42	28
Avenida da Liberdade	19
Rua do Bom Jardim	1
Rua São João da Mata	8
Quintela de Azurara	265
Quintela de Azurara	265
Parcela nº 77	18

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Largo do Rôlo	1
Rua Nossa Senhora da Esperança	17
Parcela nº 78	60
Rua Castelo Branco	20
Rua de Azurara	17
Rua Vale da Lage	9
Sem nome de rua definido	14
Parcela nº 79	187
Estrada da Ponte	26
Estrada de Quintela	83
Rua da Ponte	13
Rua do Ferrão	3
Sem nome de rua definido	62
São João da Fresta	30
Casais	5
Parcela nº 16	5
Rua Costa Cabral	1
Rua da Costa	1
Rua Principal	3
Fresta	5
Parcela nº 43	5
Rua de Santo Amaro	5
São João	20
Parcela nº 89	20
Rua da Fonte	1
Rua da Igreja	9
Rua do Centro	10
União das freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta	627
Cidade de Mangualde	809
Parcela nº 111	809
Avenida Conde Dom Henrique	95
Avenida Montes Hermínios	259
Avenida Nossa Senhora do Castelo	42
Biblioteca / Piscinas	45
Centro de Saúde	22
Estrada da Estação	3
Estádio Municipal	30
Largo António Cunha Rodrigues	1
Largo Conde de Anadia	13
Largo da Misericórdia	6
Largo das Cândidas	2
Largo das Escolas	36
Largo do Rossio	23
Largo Dr. Couto	14
Largo Pedro Álvares Cabral	36
Passeio da Condessa	1
Rua 25 de Abril	8
Rua Aristides de Sousa Mendes	8
Rua Armando Sousa	27
Rua Azurara da Beira	1
Rua Cónego Manuel Monteiro	5
Rua Camilo Castelo Branco	6
Rua da Eternidade	16
Rua da Gândara	6
Rua da Lavandeira	13
Rua da Prova	1

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Rua do Colégio	4
Rua do Moderno	12
Rua dos Combatentes da Grande Guerra	12
Rua Dr. José Afonso	1
Rua Dr. José Marques	1
Rua Dr. Sebastião Alcântara	1
Rua Eduardo Manuel Almeida Sousa	1
Rua João Ferreira de Almeida	12
Rua Leandro Cardoso	15
Rua Luís de Camões	15
Rua Manuel de Oliveira	6
Rua Mira Estrela	4
Rua Padre Bernardo	1
Rua Prof. Dr. Veiga Simão	2
Rua Sidónio Pais	1
Travessa da Avenida	1
Travessa Eça de Queirós	1
Almeidinha	36
Parcela nº 10	8
Rua Nossa Senhora do Campo	8
Parcela nº 113	3
Rua de São Miguel	3
Parcela nº 9	25
Largo da Escola Antiga	1
Largo das Lages	3
Rua da Escola	4
Rua das Almas	1
Rua Nova	14
Sem nome de rua definido	2
Ançada	29
Parcela nº 11	22
Beco do Outeiro	2
Quelha da Toca	2
Rua do Casal	6
Rua do Outeiro	2
Sem nome de rua definido	10
Parcela nº 12	7
Rua da Estrada Antiga	7
Canedo do Chão	26
Parcela nº 13	24
Largo Senhora da Saúde	1
Rua da Capela	6
Rua do Bacelinho	9
Sem nome de rua definido	8
Parcela nº 14	2
Sem nome de rua definido	2
Canedo do Mato	6
Parcela nº 15	6
Rua Chão da Lage	2
Rua do Vinhago	3
Sem nome de rua definido	1
Cubos	43
Parcela nº 28	43
Largo da Carvalha	4
Rua da Escola	12
Rua do Campo	5

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Rua Ernesto Lourenço Matias	5
Sem nome de rua definido	11
Travessa da Escola	6
Cunha Alta	57
Parcela nº 29	57
Avenida de São Pedro	1
Avenida Nossa Senhora da Saúde	17
Largo do Cruzeiro	13
Largo do Soito	11
Rua das Flores	1
Rua do Outeiro	2
Rua Luís de Camões	11
Rua Maria Emília dos Santos	1
Darei	14
Parcela nº 33	14
Largo Nossa Senhora da Ouvida	6
Rua do Prilhão	3
Sem nome de rua definido	5
Mangualde	44
Parcela nº 114	44
Rua Cesário Verde	3
Rua Florbela Espanca	41
Mesquitela	65
Parcela nº 57	38
Largo do Bacelo	3
Rua da Calçada Romana	3
Rua da Canadinha	4
Rua de São Pedro	8
Rua Direita	3
Rua Regedor José Lopes	5
Sem nome de rua definido	12
Parcela nº 58	27
Largo do Cruzeiro	2
Rua da Canadinha	8
Rua da Escola	4
Rua da Ramalhinha	1
Sem nome de rua definido	10
Travessa da Cancela	2
Mourilhe	70
Parcela nº 62	6
Largo da Capela	1
Rua dos Chãos	1
Sem nome de rua definido	4
Parcela nº 63	64
Rua da Capela	1
Rua da Eira	9
Rua da Escola	52
Sem nome de rua definido	2
Oliveira	12
Parcela nº 64	12
Rua das Pizorias	5
Rua Principal	1
Sem nome de rua definido	6
Passos	1
Parcela nº 68	1
Largo do Chafariz	1

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Pinheiro de Baixo	26
<i>Parcela nº 71</i>	26
Beco da Capela	3
Estrada Nacional	1
Rua da Escola	7
Rua de São Silvestre	2
Rua Principal	2
Sem nome de rua definido	11
Pinheiro de Cima	3
<i>Parcela nº 72</i>	3
Rua do Rossio	1
Sem nome de rua definido	2
Roda	23
<i>Parcela nº 80</i>	23
Largo da Rigueira	2
Rua Cimo do Povo	1
Rua da Capela	1
Rua da Escola	2
Rua da Pedreira	1
Rua de Santo António	5
Rua do Chafariz	1
Sem nome de rua definido	7
Travessa da Rigueira	3
Santa Luzia	9
<i>Parcela nº 81</i>	9
Sem nome de rua definido	6
Travessa da Escola	3
Santo Amaro de Azurara	28
<i>Parcela nº 84</i>	28
Largo do Paúl	6
Rua do Penedo	7
Sem nome de rua definido	15
Santo André	127
<i>Parcela nº 86</i>	10
Largo de Santa Rita	3
Largo do Outeiro	2
Sem nome de rua definido	3
Travessa dos Carregais	2
<i>Parcela nº 87</i>	117
Rua da Estrada	1
Rua Principal	6
Sem nome de rua definido	110
São Cosmado	8
<i>Parcela nº 88</i>	8
Estrada Nacional	1
Largo Capela São Pedro	2
Rua da Fonte	2
Sem nome de rua definido	3
União das freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato	149
Lobelhe do Mato	59
<i>Parcela nº 51</i>	32
Rua Nossa Senhora das Neves	11
Sem nome de rua definido	21
<i>Parcela nº 52</i>	20
Rua dos Casais	2
Rua Nossa Senhora das Neves	7

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Sem nome de rua definido	4
Travessa Nossa Senhora das Neves	7
Parcela nº 53	5
Rua da Calçada	5
Parcela nº 54	2
Rua 1 de Maio	2
Moimenta de Maceira Dão	90
Parcela nº 59	59
Largo Nossa Senhora das Neves	20
Rua da Calçada	13
Rua da Escola	1
Rua Nossa Senhora das Neves	10
Rua Professora Dona Ester Marques Gomes	4
Sem nome de rua definido	9
Travessa da Ermida	2
Parcela nº 60	31
Bairro 25 de Abril	7
Rua da Escola	8
Rua da Saudade	1
Sem nome de rua definido	15
União das freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães	228
Aldeia Nova	2
Parcela nº 8	2
Rua Principal	2
Casal de Cima	2
Parcela nº 17	2
Rua Capitão Pereira	2
Contenças de Baixo	76
Parcela nº 24	36
Largo da Escola	1
Rua da Cabine	4
Rua da Escola	12
Rua I	1
Sem nome de rua definido	18
Parcela nº 25	40
Largo da Praça	6
Largo das Trindades	3
Largo Dr. Francisco Pereira	1
Rua A	2
Rua C	5
Sem nome de rua definido	23
Contenças de Cima	11
Parcela nº 26	11
Largo do Outeiro	4
Sem nome de rua definido	7
Fundões	5
Parcela nº 44	5
Largo da Costa	1
Rua da Costa	1
Rua Principal	2
Travessa da Costa	1
Outeiro de Cassurrães	11
Parcela nº 66	11
Rua do Forno	6
Rua Principal	5
Póvoa de Cervães	69

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Parcela nº 73	21
Rua da Portela	4
Sem nome de rua definido	17
Parcela nº 74	29
Largo das Lajoeiras	13
Largo dos Olivais	4
Largo Senhora dos Remédios	1
Rua Direita	3
Sem nome de rua definido	8
Parcela nº 75	19
Rua da Lajinha	2
Rua de São João	8
Sem nome de rua definido	9
Santiago	52
Parcela nº 82	31
Largo da Feirinha	4
Largo da Fonte	5
Rua da Igreja	11
Rua do Cemitério	7
Sem nome de rua definido	4
Parcela nº 83	21
Rua da Escola	4
Sem nome de rua definido	17
União das freguesias de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca)	443
Chãs de Tavares	211
Parcela nº 20	28
Rua do Bairro Novo	1
Sem nome de rua definido	27
Parcela nº 21	69
Largo das Carvalhas	50
Largo do Outeiro	12
Rua da Escola	5
Rua do Paço	2
Parcela nº 22	1
Sem nome de rua definido	1
Parcela nº 23	113
Sem nome de rua definido	113
Corvaceira	26
Parcela nº 27	26
Avenida da Liberdade	12
Avenida Melo Cabral	4
Sem nome de rua definido	10
Guimarães de Tavares	64
Parcela nº 48	44
Sem nome de rua definido	44
Parcela nº 49	18
Largo da Escola	2
Rua de Gil Vicente	14
Sem nome de rua definido	2
Parcela nº 50	2
Rua de Santo António	2
Matados	41
Parcela nº 55	14
Rua da Escola	9
Rua da Portela	1
Rua das Laranjeiras	2

Freguesia / Lugar / Parcela / Rua	Nº
Rua dos Loureiros	1
Rua Dr. Soares Marques	1
Parcela nº 56	27
Rua Dr. Francisco Cabral Sacadura	4
Sem nome de rua definido	23
Outeiro	11
Parcela nº 65	11
Estrada Principal	3
Largo do Calvário	8
Santo Amaro de Tavares	8
Parcela nº 85	8
Rua de Santo Amaro	7
Travessa das Oliveiras	1
Torre de Tavares	18
Parcela nº 96	16
Sem nome de rua definido	16
Parcela nº 97	2
Rua da Escola	1
Rua Principal	1
Tragos	12
Parcela nº 98	12
Largo de Santa Eufémia	5
Rua de Santa Eufémia	7
Travanca de Baixo	29
Parcela nº 99	29
Largo da Igreja	2
Rua da Igreja	27
Travanca de Cima	6
Parcela nº 100	1
Rua da Lameira	1
Parcela nº 99	5
Estrada Principal	3
Rua da Igreja	2
Vila Cova de Tavares	17
Parcela nº 101	17
Estrada de Pinheiro	5
Rua da Escola	11
Rua Formosa	1
Total Geral	3787